



5 de março de 2020

Que o Sinpeem convoque uma assembleia no dia 18 de março

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Bruno Covas aprofunda as perdas salariais.
- Aprovada a reforma Previdenciária estadual: prevaleceu a velha tática derrotista da pressão parlamentar

É URGENTE UNIFICAR AS LUTAS E CONSTRUIR A GERAL POR TEMPO INDETERMINADO

Há uma forte tendência de lutas e greves neste ano. Nos primeiros meses de 2020 vários movimentos de trabalhadores eclodiram no país. Os da Casa da Moeda e da Dataprev se colocaram contra o fechamento das unidades e das consequentes demissões. Os trabalhadores dos Correios indicaram o dia 4/3 para iniciar sua greve, contra o reajuste dos planos de saúde, contra a privatização da estatal, por reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Os professores de Minas Gerais estão em greve desde o dia 11/2 e terão nova assembleia em 5/3. Os petroleiros paralisaram suas atividades por 20 dias em defesa do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e contra o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados

do Paraná (Fafen-PR). Erroneamente suspenderam a greve aceitando as imposições do TST para negociação. Por fim, a greve dos policiais militares do CE desde 16/2, por melhores condições salariais que expressa uma rachadura do aparelho do Estado, teve fim em 02 de março.

Um mesmo elo liga todos esses movimentos: a defesa dos serviços públicos, dos empregos, dos salários e contra a política de privatização.

As centrais sindicais e os sindicatos definiram desde o mês de dezembro/19 que o dia 18 de março terá um dia de luta nacional contra a destruição dos serviços públicos e em defesa dos servidores. Porém, um dia de luta apenas não é suficiente para colocar abaixo os planos dos

governos em depositar nos ombros dos trabalhadores o peso da crise econômica. É preciso avançar e decretar uma greve geral por tempo indeterminado. A luta contra as privatizações das estatais, o arrocho salarial, as demissões em massa e o sucateamento dos serviços públicos devem guiar a luta dos explorados.

Por isso, a Corrente Proletária a necessidade de que as centrais e os sindicatos unifiquem a luta dos trabalhadores em uma greve geral por tempo indeterminado. Abaixo a privatização dos serviços públicos, aumento salarial e nada de demissões! Somente a luta nas ruas, através do método da ação direta, poderá barrar as medidas nefastas da burguesia e de seus governos.

Avança a precarização do trabalho nas escolas municipais

Redução das equipes de limpeza

A terceirização dos serviços na rede municipal vem sendo ampliada ao longo dos últimos anos. Após a aprovação da lei da terceirização em 2017, os serviços já terceirizados de limpeza têm alcançado um nível brutal de precarização.

No final de 2019, as escolas sofreram com a redução das equipes de limpeza. Escolas que tinham um quadro de dez funcionárias de limpeza. Isto porque a prefeitura exigiu a renovação de um contrato ainda mais precarizado com as empresas terceirizadas de limpeza. A consequência imediata foi a troca dessas empresas, por aquelas que se adequaram as novas exigências de precarização imposta por Bruno Covas/PSDB, que incluiu a demissão de várias funcionárias. As que se mantiveram na escola estão submetidas a um trabalho escravo, com uma sobrecarga de tarefas ainda maior.

O fato é que a terceirização tem provocado a descontinuidade dos serviços nas escolas e a precarização cada vez maior no atendimento às crianças, pois o serviço de limpeza é responsável, ainda, pela higienização dos ambientes para evitar a proliferação de doenças. Neste sentido, se trata de uma ação criminosa desse governo, contribuindo para o aumento da contaminação nesses ambientes.

A Corrente Proletária na Educação tem atuado nas regiões denunciando este processo de precarização dos serviços e defendendo a manutenção do emprego e de melhores condições de trabalho dessas trabalhadoras, que compõe a equipe de limpeza

nas escolas. Reivindicamos que o número de trabalhadores seja determinado de acordo com as necessidades de cada unidade escolar, apontada pelos próprios trabalhadores. Para tanto, é fundamental a imediata recontração dos trabalhadores demitidos e a efetivação destas trabalhadoras, o que significa exigir o fim da terceirização dos serviços.

Ampliação da terceirização dos serviços e da rede conveniada

Como se não bastasse a terceirização dos serviços de limpeza e merenda, Bruno Covas amplia a política de terceirização para beneficiar os empresários. Dizemos isto, pois até 2019 havia duas empresas terceirizadas dentro das unidades escolares, a de limpeza e de merenda e em algumas, bem poucas, uma terceira empresa de segurança. No entanto, para 2020 haverá uma empresa para cada tipo de serviço: deteitiização/desratização/desinsetização, de poda e jardinagem e outra que fará o serviço de limpeza de caixa d'água.

Somado ao desmembramento destes serviços de limpeza, também foi anunciada a divisão dos repasses do PTRF para que os diretores de escola realizem a contratação direta de serviços para a escola, tais como de formação continuada e de oficinairos para a realização de projetos com os alunos.

Estas medidas além de ampliar a terceirização dos serviços dentro das escolas provocam uma sobrecarga de trabalho burocrático da equipe gestora assim, como reduz ainda mais a autono-

continua —>

mia da escola no desenvolvimento de seus projetos pedagógicos.

Em meio a este processo de ampliação da terceirização dos serviços, Bruno Covas também tem ampliado as parcerias público-privadas por meio dos convênios ou da compra direta de vagas na rede privada de ensino, por meio da aprovação do voucher e agora mais recente das “creches noturnas”.

Com a aprovação do voucher estima-se um investimento de até 300 milhões por mês com o Programa Mais Creche, que consiste na compra de vagas em escolas particulares e filantrópicas para bebês e crianças de 0 a 3 anos que estiverem na fila de espera.

O projeto de creches noturnas, já aprovado pela Câmara Municipal, também se enquadra neste processo de ampliação da privatização da educação infantil. A polêmica em torno da questão de ser um atendimento pedagógico ou assistencialista, que se dá em meio a necessidade inegável das famílias trabalhadoras, obscurece a essência do problema que é a expansão da privatização deste atendimento.

A Corrente proletária na Educação se contrapõe a este projeto de desmonte dos serviços públicos e de precarização do trabalho que caminha para o extermínio dos servidores públicos, pois se trata de um projeto da burguesia em âmbito federal, estadual e municipal.

Silêncio das direções sindicais diante da privatização e da terceirização dos serviços públicos

Somado a todo este processo de ampliação da privatização/

terceirização dos serviços, as escolas também convivem com a redução brutal de funcionários do quadro de apoio (ATEs e agentes escolares), já inexistentes em algumas escolas, bem com a falta de professores, consequência direta da portaria que reduziu o módulo docente em 2017.

Diante deste quadro alarmante é que se iniciou o ano letivo de 2020, sob o completo silêncio das direções sindicais. Dizemos isto, pois algumas ações de enfrentamento foram realizadas nas Diretorias Regionais de ensino em toda a cidade, para se contrapor a este desmonte, protagonizadas por trabalhadores de base, mas que foram completamente ignorado pelas burocracias sindicais que dirigem os sindicatos municipais.

A direção majoritária do SINPEEM e demais entidades não moveram uma palha. Deveriam ter impulsionado estes movimentos regionais, unificando-os e potencializando a luta contra a terceirização e a precarização das condições de trabalho. Este silêncio é conivente com a política de desmonte dos serviços públicos, servindo de correia de transmissão da política burguesa.

A Corrente Proletária na Educação denuncia a política de conciliação de classes praticada pela burocracia sindical e defende a organização da luta por meio dos métodos da ação direta (paralisações, greves, manifestações de rua, ocupações...). Defendemos a realização de uma assembleia imediata para que a categoria decida de conjunto com enfrentar a política de desmonte do serviço público que vem sendo imposta por Covas, Dória e Bolsonaro.

Que o Sinpeem convoque uma assembleia no dia 18 de março

Diante dessa conjuntura de ataques aos direitos e ao emprego dos trabalhadores, o Sinpeem não pode ficar ausente. O dia 18 de março é um dia de luta nacional contra a destruição dos serviços públicos. A Educação municipal vem sofrendo ataques constantes do governo de Bruno Covas/PSDB. Os salários estão defasados há tempos. A direção do Sinpeem precisa tomar uma posição: se está ao lado do governo ou dos trabalhadores da Educação. Desta forma, é preciso convocar uma assembleia para decidir coletivamente o que devemos fazer para barrar esses ataques e o arrocho salarial.

A Corrente Proletária na Educação defende a convocação de uma assembleia para o dia 18/3 e a unificação das lutas dos trabalhadores.

BRUNO COVAS APROFUNDA AS PERDAS SALARIAIS

Desde o ano passado que estão sendo descontados dos salários dos municipais os 3% a mais para o IPREM. Por outro lado, a inflação dos últimos anos não tem sido paga. Ou seja, as perdas salariais estão aumentando profundamente. Recentemente o governo Bruno Covas/PSDB anunciou que pagará o P.D.E. um valor que já era para ter sido pago no ano passado.

Esse valor não repõe as perdas. Ao contrário, serve para ocultar o processo do confisco salarial e o aprofundamento do arrocho salarial. É um cala-boca para o funcionalismo municipal suportar a nova fase da reforma previdenciária, a tributária e a administrativa que estão em andamento no governo federal. Não podemos aceitar tamanho ataque as nossas condições de vida e trabalho.

A Corrente Proletária exige o pagamento de todas as perdas salariais e um piso salarial vital, necessário para uma família viver. Que o Sinpeem e demais sindicatos organizem a luta unificada nas ruas pelas reivindicações mais sentidas e contra as contrarreformas malditas de todos os governos.

Aprovada a reforma Previdenciária estadual: prevaleceu a velha tática derrotista da pressão parlamentar

O funcionalismo estadual esteve em luta contra o reforma previdenciária de Dória. No dia 18 de fevereiro, os deputados votaram favoravelmente à reforma em primeiro turno. Em 03 de março, a reforma foi aprovada por 59 votos favoráveis.

Os milhares de servidores públicos que tomaram a rua em frene a Alesp e os que estavam nas galerias protestando, foram rechaçados com bombas de gás lacrimogênio e gás de pimenta. A reforma de Dória, assim como a de Bolsonaro/Guedes, elevam a alíquota para 14% e aumentam o tempo de contribuição e idade do funcionalismo público.

A responsabilidade direta da aprovação deve ser depositada na conta das burocracias sindicais do funcionalismo público que não convocaram uma greve geral dos servidores para resistir, nas ruas, contra o ataque do governo a seu direito de aposentadoria. Optou pela tática da pressão parlamentar. Que, como já alertávamos, é o campo da derrota.

Os trabalhadores da educação do município devem ficar atentos. Abriu-se uma porta para que Bruno Covas e seus lacaios ampliem a reforma previdenciária municipal.

A greve dos servidores municipais contra a Sampaprev em 2018 demonstrou a disposição de luta classe no enfrentamento aos ataques de Bruno Covas. O Sinpeem não se movimentou até o momento para organizar a luta unitária contra a reforma previdenciária. É preciso sair desse marasmo e convocar a classe para a luta.

A Corrente Proletária alerta os trabalhadores da Educação municipal contra a reforma previdenciária de Dória. É preciso organizar a luta nas ruas contra mais essa retirada de direitos.